

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DE UMA TURMA DE ESCOLA PROFISSIONALIZANTE SOB A ÓTICA DA PROGRESSÃO PARCIAL

Francisco Wilame do Nascimento Alves¹; Antonio Fabiano dos Santos Magalhães²; Edinilza Maria Anastácio Feitosa³

¹Universidade Estadual do Ceará – UECE, francisco.wilame@aluno.uece.br; ²EEEP Rita Aguiar Barbosa, fabianof33@gmail.com; ³Universidade Estadual do Ceará – UECE, edinilza.feitosa@uece.br

Resumo

A progressão parcial é uma política educacional no qual o aluno avança à série seguinte com pendência em algum componente curricular da série anterior. Tal mecanismo visa à redução do índice de repetência. Na realidade de uma escola de ensino profissionalizante no Ceará, o aluno só poderá realizar a progressão parcial se estiver com pendência em até três componentes curriculares. Acima disso, o estudante não é promovido e repete todo o ano letivo. Diante do exposto, buscou-se neste trabalho avaliar o rendimento de oito alunos de uma turma de 3º ano que participaram da progressão parcial na disciplina de Química no primeiro semestre de 2017. Estes alunos foram acompanhados por um grupo de bolsistas do subprojeto PIBID Química, que produziram listas de exercícios e exames para as avaliações. Na metodologia do trabalho se coletou as notas desses alunos em Química referente aos 1º e 3º bimestres do 2º ano e as notas obtidas por eles na progressão parcial. Os resultados demonstraram que esse processo, a progressão parcial, serve como um estímulo ao aluno em melhorar seu desempenho escolar, pois só trabalha apenas os conteúdos em que este apresentou dificuldade de aprendizagem. Como a progressão parcial oportuniza o acompanhamento específico de cada aluno, é necessário que a escola esteja preparada para assumir novas metodologias e tenha condições necessárias para realizar esse trabalho. A comparação das notas obtidas pelos alunos em 2016 e após passarem pelo processo de progressão, apesar de não garantir que a aprendizagem foi significativa, sugere que ela em alguma medida ocorreu o que pode ser evidenciado pela evolução das notas obtidas pelos alunos após a progressão parcial.

Palavras-chave: Progressão Parcial, química, PIBID.

INTRODUÇÃO

A progressão parcial é uma política educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) no qual o estudante é promovido para a série seguinte, mesmo não atingindo aprovação em algum componente curricular da série que cursava. A mesma lei em seu artigo 24, inciso III, determinou condições de como essa progressão seria adotada:

Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Segundo Teixeira (2013) o instrumento da progressão parcial se localiza entre outros instrumentos, como progressão continuada e classificação/reclassificação. Todos estes têm o intuito de tornar flexível o processo de

aprendizagem e regular o fluxo escolar. Na contramão desse ajuste no fluxo escolar, Nunes (2008) adverte que o estudante tem uma defasagem em termos de domínio no componente curricular quando este avança de série. Cada componente curricular possui habilidades e competências, e se não houver isso, com certeza o aluno terá dificuldades de compreender o conteúdo.

As escolas de ensino profissional no Ceará seguem o regime de ensino médio integrado, ou seja, o aluno cursa tanto disciplinas regulares (Biologia, Química etc.) quanto, disciplinas de cursos técnicos. De acordo com Ceará (2013), nestas escolas, o aluno só tem direito a progressão parcial caso não alcance aprovação em até três disciplinas. Acima disso, o estudante não é promovido e repete todo o ano letivo.

A aplicação da progressão parcial na escola pesquisada no componente curricular Química ocorre da seguinte forma: o professor da disciplina identifica e analisa os conteúdos em que os alunos obtiveram rendimento inferior à média de nota numérica determinada pela escola. Logo após, os bolsistas de Iniciação à Docência (ID) do PIBID trabalham estes conteúdos com os alunos, através de explanação dialogada e lista de exercícios. Posteriormente os alunos são submetidos a uma nova avaliação de aprendizagem dos conteúdos segundo o cronograma elaborado pelo professor supervisor e os bolsistas IDs.

Para a coordenação pedagógica da escola, a progressão parcial é uma forma de ajudar o aluno a compreender os conteúdos já estudados anteriormente de forma que ele possa aprender os conteúdos subsequentes. No entanto, não se tem a clareza de que isso realmente ocorra como já questionado por Nunes (2008). Assim é necessário avaliar se a progressão parcial contribui efetivamente para o desempenho acadêmico do aluno.

O assunto progressão parcial está presente em alguns trabalhos como o de Nunes (2008) no qual ela discute as implicações da adoção dessa política na aprendizagem dos estudantes e as consequências na inserção ou exclusão escolar. Já no trabalho de Almeida (2012) há uma abordagem da implantação da progressão parcial nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Teixeira (2013) trata sobre a aplicação do sistema de progressão parcial na plataforma Moodle para alunos de Química de uma escola pública do Distrito Federal.

Dentro deste contexto e baseado no questionamento de Nunes (2008), o objetivo deste trabalho é analisar a importância da progressão parcial na aprendizagem e consequentemente no rendimento acadêmico dos alunos através das notas numéricas obtidas por eles nas avaliações bimestrais.

A progressão parcial serve como uma oportunidade para que o aluno possa superar as dificuldades de aprendizagem de conteúdos específicos, através da adoção de novas metodologias capazes de gerar resultados de aprendizagem consistentes, e isso só ocorre quando há unidade entre a Gestão e Conselho Escolar, pais ou responsáveis, professores e, evidentemente, o próprio aluno.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa que vai de acordo com os argumentos de Kauark, Manhães e Medeiros (2010), pois neste tipo de pesquisa o pesquisador é o instrumento-chave que tendem a analisar seus dados indutivamente, foi realizada em uma turma de alunos de uma escola de ensino profissionalizante de tempo integral que estavam inseridos no contexto da progressão parcial em Química.

A metodologia desse trabalho constou de uma pesquisa diagnóstica de como a progressão parcial influencia no rendimento dos alunos envolvidos no processo e foi dividida em duas etapas: análise das notas obtidas por estes alunos antes do processo de progressão parcial e análise das notas obtidas pelos mesmos alunos depois que estes passaram pelo processo. Dessa forma, analisaram-se as notas dos alunos pertencentes a esta turma, referentes ao 1º e 3º bimestres do 2º ano no componente curricular Química e as notas por eles obtidas na Progressão Parcial no mesmo componente curricular.

Durante a análise dos dados foram omitidos os nomes dos sujeitos da pesquisa para preservar sua identidade. Para diferenciação dos alunos optou-se por utilizar os termos A de aluno acompanhado de um número identificador. Assim esses alunos foram identificados com os códigos de A1 a A8. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram identificados seguindo as recomendações éticas da Resolução nº 466/12 (BRASIL, 2012) de forma a garantir a integridade e anonimato destes.

A análise dos dados obtidos foi feita em observância aos objetivos propostos neste trabalho e pelo método comparativo que de acordo com Gil (2008) procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, no caso particular, as notas obtidas pelos alunos antes de depois da progressão parcial, com vistas a ressaltar a contribuição ou não do processo de progressão parcial na melhoria da aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, fazemos a apresentação da análise e discussão dos dados obtidos sobre a importância da progressão parcial na aprendizagem e rendimento acadêmico dos alunos pesquisados, objeto deste trabalho. Conforme já

destacado na introdução, o aluno só é assistido pela progressão parcial quando ele tem um desempenho insatisfatório em alguma disciplina da série anterior. Para se analisar a relevância dessa política educacional, analisou-se as notas obtidas pelos oito alunos quando cursavam os 1º e 3º bimestres do 2º ano em Química (Tabela 1).

Tabela 1 – Notas obtidas pelos alunos nos 1º e 3º bimestres em Química no 2º ano

Alunos	Nota do 1º Bimestre	Nota do 3º Bimestre
A1	1,2	4,3
A2	1,2	2,2
A3	1,2	2,0
A4	1,2	2,0
A5	3,0	2,3
A6	1,2	2,3
A7	4,7	7,0
A8	4,3	2,0

Fonte: Diário da turma do 2º ano do curso de Hospedagem (2016).

Podemos verificar pelos dados da tabela que as notas destes oito alunos no componente curricular Química, com exceção do aluno A7 no 3º bimestre, foram insatisfatórias para a meta definida pela escola como a média 6,0. É possível notar ainda que estas notas basicamente variavam entre 1,0 e 2,0. Enquanto foi possível observar uma melhora no rendimento do aluno A7, os demais não apresentaram evolução de aprendizagem e o aluno A8, pareceu apresentar maior dificuldade de aprendizagem.

A partir de uma análise feita pelo professor supervisor do PIBID, que também é professor de química da turma pesquisada, os conteúdos em que os alunos tiveram desempenho insatisfatório no 2º ano deveriam ser trabalhados na progressão parcial, e estes se encaixavam nos períodos do 1º e 3º bimestres. Os conteúdos trabalhados estão divididos pelos bimestres e pela ordem em que aparecem no livro didático que a escola adota, como descrito na tabela 02.

Tabela 2 – Conteúdos trabalhados na progressão parcial

Período letivo	Conteúdos
1º Bimestre	Tipos de reações químicas, pesos atômicos, massa molecular, massa atômica, constante de Avogadro e o conceito de mol.
2º Bimestre	Variáveis de estado, reações endotérmicas e exotérmicas, conceitos de entalpia, lei de Hess, entropia e energia livre.

Fonte: Ceará (2008).

Para Crahay (2006) a repetência de uma série não impede que um aluno tenha êxito na vida escolar. É aí que entra a Progressão Parcial, mostrando para o aluno que ele tem oportunidade de (re)aprender e assim continuar seus estudos. Dessa forma, não basta aplicar o processo de progressão parcial de qualquer jeito. Crahay (2006) adverte que a escola deve buscar formas pedagógicas diferenciadas de aprendizagem e possuir condições necessárias para o seu desempenho. Pois são estas novas abordagens pedagógicas que podem garantir que o aluno aprenda o conteúdo que ele teve dificuldade de compreensão na abordagem anteriormente utilizada.

O trabalho de Progressão parcial se deu no primeiro semestre de 2017, envolvendo os conteúdos do 1º e 3º bimestres do ano anterior. A tabela 3 ilustra a situação dos alunos após a progressão parcial na disciplina de Química.

Tabela 3 – Resultados obtidos após a aplicação da Progressão Parcial

Alunos	1ª Nota da Avaliação da Progressão	Média da 2ª e 3ª Notas das Avaliações da Progressão por que
A1	7,0	9,0
A2	8,75	8,0
A3	2,0	6,0
A4	9,0	8,5

A5	6,0	7,75
A6	5,75	6,5
A7	9,0	6,5
A8	7,75	9,0

Fonte: Próprio autor.

Aqui cabe fazer algumas ponderações: a primeira delas é que as notas não representam a média final que irá ao diário. Elas apenas demonstram o resultado a partir das avaliações realizadas por eles no processo de progressão parcial. A segunda ponderação é em relação ao aluno A3. Foi analisado que ele tinha dificuldades na matemática. Os conteúdos do 2º ano em Química envolvem tanto conceitos químicos quanto conceitos matemáticos, e provavelmente a dificuldade de compreensão dos conceitos matemáticos, contribuiu para a não assimilação dos conceitos químicos. Já a terceira ponderação está relacionada com a média das 2ª e 3ª notas das avaliações. Isso se deve pelo fato dos conteúdos destas avaliações estarem relacionados com os conteúdos vistos pelos alunos no 3º bimestre do 2º ano.

Analisando os dados da tabela 03, podemos inferir que a maioria dos alunos apresentou rendimentos satisfatórios como notas acima do que é definido como média pela escola. Se compararmos com as notas da tabela 01, podemos perceber em termos de rendimento, um ganho surpreendente. Com exceção do aluno A7, que teve melhor desempenho em 2016, na componente curricular analisada e no período pesquisado, todos os outros mostraram evolução das notas quando comparadas todas as notas descritas na tabela 01.

Pode-se indicar que a progressão parcial contribui para a aprendizagem e Hoffmann (1994 *apud* Almeida, 2012) destaca que a formação do conhecimento incide no benefício do aluno com vistas à expansão do saber. Isso só acontece quando há uma orientação nas atividades, novas maneiras de interpretações ou explicações de um fato, sugestão de investigações desse fato.

Vale salientar, que apesar da evolução das notas não garantir que a aprendizagem realmente ocorreu ou foi consistente como já discutido por Nunes (2008), elas indicam que o aluno assimilou conhecimento e que esta assimilação pode ter ocorrido pela junção de diversos fatores como a utilização de uma nova abordagem, pelo acompanhamento mais direto dos alunos pelos bolsistas do PIBID.

Dessa forma, pode-se inferir que a progressão parcial é importante no contexto da superação das dificuldades que envolvem a aprendizagem. No entanto, só é eficaz quando há inovação no fazer pedagógico, quando ela oportuniza o aluno a aprender realmente.

CONCLUSÕES

A progressão parcial é uma importante política educacional que regula o fluxo escolar, diminuindo os índices de repetência. Na escola pesquisada ela foi um fator relevante para que os alunos superassem de fato suas dificuldades de aprendizagem desde que haja uma inovação na forma de ensino, com a utilização de novas metodologias. A comparação das notas dos alunos obtidas antes e depois de passarem pelo processo de progressão parcial pode não garantir, mas sugerem, que esta contribui para a (re)aprendizagem dos conteúdos já estudados anteriormente e contribui para o rendimento acadêmico do aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.J.A. **A progressão parcial em parte da rede mineira de ensino: a educação e seus caminhos.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1788/1/vanilzadejesusazevedoalmeida.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1-9. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 01 set. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Metodologias de apoio: áreas de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias.** Fortaleza: SEDUC, 2008.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Referenciais para a oferta do Ensino Médio integrado à educação profissional da rede**

estadual de ensino do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2013.

CRAHAY, M. É possível tirar conclusões sobre os efeitos da repetência? Tradução de Neide Luiza de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 223-246, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/viewfile/417/420>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAUARK, F.S.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

NUNES, C.M.C. **A máscara da inclusão: um estudo sobre a progressão parcial como política de inclusão escolar**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/368>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

TEIXEIRA, A.H. **Tessituras sobre o uso de um ambiente virtual de aprendizagem na progressão parcial com dependência em Química**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15069/1/2013_AdrianaHelenaTeixeira.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.